

# Pobreza e jornalismo: práticas transformadoras?

## Introdução

VIVIANE DE MELO RESENDE

Profesora  
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade  
Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional  
Universidade de Brasília, Brasil  
resende.v.melo@gmail.com

MARÍA LAURA PARDO

Directora e Investigadora  
Departamento de Lingüística  
Centro de Investigaciones  
en Antropología Filosófica y Cultural  
Consejo Nacional de Investigaciones  
Científicas y Técnicas  
Profesora de Análisis lingüístico  
de los medios masivos de comunicación  
Facultad de Filosofía y letras  
Universidad de Buenos Aires, Argentina  
pardo.linguistica@gmail.com

GREG NIELSEN

Profesor  
Department of Sociology and Anthropology  
Co-Director Concordia Center for Broadcasting  
and Journalism Studies  
Concordia University, Montréal, Canada  
gregmarcnielsen@hotmail.com



e acordo com as Nações Unidas, em todo o mundo há cerca de 100 milhões de pessoas vivendo nas ruas, 600 milhões vivendo em abrigos e mais de um bilhão em situações de habitação precária (ONU, 2011). Um relatório recente da Oxfam alertou sobre a terrível desigualdade ao redor do mundo, mostrando que os oito homens mais ricos do planeta possuem recursos comparáveis aos disponíveis para os 3.600.000.000 mais pobres, metade da população mundial (Oxfam, 2016). A definição econômica convencional de pobreza extrema aplica-se a mais de 20% dos habitantes do planeta que vivem com renda inferior a um dólar por dia, enquanto a pobreza relativa, também um indicador economicamente restrito, inclui outros 20% da população mundial que vivem com menos de dois dólares e meio por dia (Davis, 2006). A pobreza não está restrita ao Sul Global. Aqueles/as que estão abaixo da linha de pobreza no Canadá, Estados Unidos e Europa – uma categoria que inclui muitas vezes imigrantes recentes desempregados/as, especialmente nas principais cidades europeias (OECD, 2013) – agora representam até 40% da população em algumas regiões (HUD, 2012; Statistics Canada, 2011; Fréchet *et al.*, 2011; OECD, 2011). Esse fato contradiz fortemente a percepção generalizada de que a maioria das pessoas no Ocidente é de classe média. Estima-se que três milhões de estadunidenses e 300 mil canadenses se tornaram sem-teto desde a recessão de 2008 (Weissman, 2013).

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Viviane de Melo Resende, María Laura Pardo, Greg Nielsen « Pobreza e jornalismo: práticas transformadoras?. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

A pobreza é um sério problema social global (Alcock, 2006), com consequências desastrosas para a vida de milhões de pessoas no mundo. No entanto, a cobertura da pobreza, incluindo o que poderia ser chamado de sua indústria circundante (organizações não governamentais, organizações intergovernamentais e organismos internacionais), é frequentemente distorcida, apagada ou naturalizada de várias maneiras por jornais, transmissões e outros veículos de mídia (Pardo April 2008; Silva, 2009; Pardo, 2012; Pardo e Noblía, 2015, 2016; Resende, 2016a). Embora a questão da pobreza continue a ser um dos mais importantes itens de notícias globais, é também um dos mais negligenciados (Lugo-Ocando, 2015). Essas populações interseccionais são as mais marginalizadas em termos de acesso ao poder dos meios de comunicação convencionais (Hill-Collins e Bilge, 2016).

Dois fatores sócio-históricos precisam ser contextualizados para ajudar a entender a negligência na cobertura da pobreza, local e globalmente. Primeiramente, precisamos colocar em contexto a transição em curso nos sistemas de produção da indústria de notícias, e, em segundo lugar, precisamos explicar por que as práticas jornalísticas são difíceis de mudar, e ao mesmo tempo teorizar a capacidade existente do ecossistema de notícias para criar formas narrativas distintas e enquadramentos para temas de pobreza. A seguir esboçamos os contextos gerais para os sistemas de produção e, na próxima seção, propomos uma discussão da capacidade do sistema (ou sua incapacidade) de abordar assuntos de pobreza não apenas a partir de pontos de vista particulares e diversos, mas também de uma perspectiva que tome populações empobrecidas como públicos-alvo para informações.

Com relação às mudanças nos sistemas de produção e nas práticas jornalísticas, Hallin e Mancini (2012) observam que a mídia no Norte Global tende a ser pluralista em termos de fatos e gêneros de informação híbrida, em termos de sua origem em organizações públicas e privadas, o que tenderia a manter certa autonomia em relação a partidos políticos. Enquanto as indústrias de jornais – meio que continua a empregar o maior número de jornalistas profissionais – têm experimentado um forte crescimento na última década em regiões da Ásia, da África da América Latina, na América do Norte o pessimismo sobre o futuro econômico e o papel cívico de uma mídia de notícias pluralista tem se espalhado (WAN, 2008; WAN 2015). A adição de cerca de cinco mil novos jornalistas “digitais” trabalhando com uma variedade de *startups on-line* nos EUA não chegaram perto de substituir a perda de mais de 20 mil posições em redações durante a última década (Pew, 2015). Os relatórios sobre a chamada ‘crise no

jornalismo’ (Gasher *et al.*, 2016; Alexander *et al.*, 2016; Sabés Turmo y Verón Lassa, 2012) estão cada vez mais buscando subsídios ao estilo europeu, que poderiam apoiar a indústria de notícias a atravessar sua transição digital (Miles, 2016; Benson 2014). Ao mesmo tempo, a Europa lamenta a perda do antigo monopólio dos serviços públicos de radiodifusão para o setor privado e os (supostos) imperativos da economia neoliberal.

O modelo pluralista é mais polarizado no Sul Global, num balanço desequilibrado em que a menor parte compõe-se de organizações públicas e com forte predominância de organizações privadas alinhadas a partidos políticos (Hallin e Mancini, 2012). O Brasil é uma exceção a isso, na medida em que suas organizações de mídia têm sido de propriedade privada desde o início, e embora tenha havido uma mudança precoce na direção das reportagens baseadas em fatos, apartadas do paralelismo entre imprensa e partidos políticos (Albuquerque, 2011), esse processo foi interrompido durante os anos de ditadura (1964-1985), e a polarização tornou-se ainda mais expressiva no contexto da recente crise política e do golpe institucional de 2016. A maioria dos países da América Latina experimentou diferentes formas de regimes autoritários que atuaram diretamente na criação de grandes conglomerados privados, e largamente incontestados, como a Globo, no Brasil, e a Televisa, no México, assim como os “duopólios”: na Argentina, o Grupo Clarín e a Telefônica, e o Grupo Phillips e Cisneros, na Venezuela (Moto, 2011). No Peru, no Equador e em muitos outros países da região, há uma mistura de propriedades, com alguns conglomerados públicos, mas principalmente familiares. Em quase todos os casos, historicamente “grupos de mídia familiares se tornaram aliados do regime na busca do poder político” (Guerrero e Márquez-Ramírez, 2014, p. 55). Obviamente, essas características do ambiente jornalístico repercutem na representação de problemas sociais ligados à desigualdade de distribuição de recursos materiais e simbólicos (Villarruel, 2014).

Ambos os sistemas, o de monopólio/ duopólio privado e o pluralista, estão se transformando a diferentes velocidades hoje, com uma série de pressões bem documentadas que atentam contra os ideais cívicos e a viabilidade econômica daquilo a que poderíamos chamar ‘a instituição do jornalismo’. A instituição não tem corpo, voz e ponto de vista, exceto aqueles de porta-vozes que são principalmente jornalistas (Nielsen, 2016a), que são “situados, seguros de si, interessados, libidinosos, e, portanto, condenados à inevitabilidade de ‘ponto de vista’” (Boltanski 2011, 84) – é claro que toda pretensão à objetividade cai por terra. Jornalistas profissionais consideram-se responsáveis pela reali-

zação do ofício, reproduzindo seus códigos, métodos e técnicas, legitimando ideais, mas sabendo que não podem agir sem as infraestruturas organizacionais e tecnológicas e suas complexas relações de trabalho, capital e Estado. A transformação no lado organizacional da instituição coloca pressão sobre o ofício de variadas maneiras. Essas pressões diferem enormemente entre regiões e variam desde desregulamentação e aumento da concentração corporativa até intervenção aberta, intimidação e censura nos contextos mais autoritários. O colapso dos fluxos de receita publicitária, a inovação tecnológica e o aumento da fragmentação da audiência conduzem assim a convergência das plataformas de mídia e a perda de canais de notícias locais.

Como consequência, do ponto de vista da notícia, parece que permanece uma dualidade entre a cobertura jornalística instituída (de organizações comerciais e não comerciais), que enfatiza algumas práticas padrão (com a excessiva presença de fontes governamentais ou empresariais externas sobre a cobertura, a seleção e o tratamento de notícias baseadas em valores-notícias tradicionais), por um lado, e, por outro, os movimentos de jornalismo cidadão promovidos por outros atores sociais para impactar ou interromper agendas públicas mediadas e possivelmente instituindo novas práticas jornalísticas (Silva, 1998). Ao mesmo tempo, o jornalismo cidadão (com e sem controle editorial) surgiu paralelamente à fusão entre notícia e entretenimento, e a invasão da indústria de relações públicas. Enquanto a ascensão das mídias sociais tem mostrado muito potencial emancipatório, também levou ao retorno do jornalismo sensacionalista e da imprensa “marrom” (notícias falsas) (Park, 1923) em grande escala, o que levanta necessariamente as questões: “De onde vem a notícia? O que é verdade? O que não é? Qual é a agenda, se houver, do editor?” (Doctor, 2016a). A verdade é que uma descrição detalhada do modo como essas pressões estão afetando a cobertura jornalística e a representação da pobreza ainda está por ser feita.

Não precisamos olhar muito para descobrir os efeitos negativos que parecem ter deteriorado um século de valores supostamente comprometidos com o relato autônomo, equilibrado, baseado em fatos e verificado pela instituição do jornalismo. Em nenhuma época esses valores foram mais ameaçados do que em 2016, impactando sobre os resultados inesperados das eleições presidenciais estadunidenses, a votação do Brexit e o golpe constitucional contra a presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff. Não se trata apenas de uma mudança ideológica em direção ao autoritarismo de direita, às grandes empresas e seus interesses comerciais, à militarização ou ao bode expiatório das minorias, mas em muitos

casos de uma fabulosa negação dos fatos sociais que jornalistas acreditam expor como um contraponto democrático. Um comentarista estadunidense resumiu assim: “O declínio dos modelos de negócio dos meios de comunicação de massa, o aumento contínuo de *feeds* sociais personalizados e o conteúdo que se espalha facilmente dentro deles (...): estes estão, como a expansão do universo, afastando-nos em todas as direções” (Benton, 2016).

Esta edição de *Sobre jornalismo – About journalism – Sur le journalisme* inclui contribuições que procuram, em relação à temática da pobreza, desfazer a complexa combinação de forças políticas, organizacionais e criativas que lutam entre si para definir a ‘boa’ prática jornalística. Isso significa situar a análise em relação às tensões sociológicas e à diversidade das estruturas sociais e organizacionais, considerando as práticas discursivas. As atitudes e os antecedentes jornalísticos, a consistência editorial, os níveis de verificação exigidos e as culturas profissionais diferem enormemente em vários meios de comunicação, mas ainda mais entre regiões nacionais e globais. Em todos os lugares jornalistas levantam questões sobre a pobreza. Como populações empobrecidas são nomeadas, representadas, classificadas? São representadas como números? Quais são os lugares focalizados pelo jornalismo quando se cruza com a pobreza? Como podemos mudar práticas representacionais carregadas de preconceitos? Que meios poderiam facilitar essas mudanças? Como populações empobrecidas são representadas em imagens? Quais os papéis de gênero, raça e classe (e suas interseccionalidades) nas coberturas? Por que as imagens dos “mais pobres dos pobres” são tão atraentes jornalisticamente? Essas são algumas das questões relevantes levantadas pelos sete artigos publicados no presente dossiê. Em seguida, procuramos esboçar brevemente algumas destas questões, ao passo em que apresentamos os artigos deste volume.

---

#### PODEM POPULAÇÕES EMPOBRECIDAS ECOAR VOZES NOS ECOSISTEMAS JORNALÍSTICOS ATUAIS?

---

É importante não reduzir os múltiplos níveis de significados culturais que jornalistas criam aos imperativos político-econômicos e às contradições das crises emergentes na indústria de notícias. Por um lado, como já dissemos, a história e a crítica da economia política das organizações de mídia que cobrem a pobreza ainda não foi escrita. Por outro lado, não se devem ignorar as iniciativas transformadoras de instituições de jornalismo que buscam incluir atores e grupos sociais, de que trata como ‘assunto’, também como destinatários de notícias.

Continua a existir um papel político importante que jornalistas cumprem ao “moldar” notícias sobre pobreza, e isso deve ser discutido. No primeiro artigo deste dossiê (“A política das imagens e a pobreza: mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013”), Ângela Marques focaliza implicações do uso ostensivo de imagens de pobreza na atividade jornalística, argumentando que além de constituir uma “grande galeria de sofredores[as] não identificados”, esse uso também reforça a capacidade narrativa das imagens. Refletindo sobre a relação entre pobreza e fotojornalismo, ela investiga os elementos expressivos que caracterizam situações de pobreza em imagens. Se é verdade que o jornalismo hegemônico tem se apoiado em um enquadramento de histórias sobre a pobreza baseado em sentidos de ‘caridade’ – o que pode ser e de fato é questionado –, também é verdade que o foco em problemas relacionados à falta de acesso, por parte de porções significativas da população mundial, a recursos materiais e simbólicos tem sido frequentemente ausente ou superficial.

É verdade também que notícias nesse tipo de jornalismo (hegemônico) associam com demasiada facilidade pobreza e violência, como Pardo Abril (2008) apontou para o caso colombiano e como Pardo (2013; 2014) discutiu para o caso argentino. Dois trabalhos neste volume abordam a associação, nos meios de comunicação, entre pobreza e violência. Analía Zilber, em “*Las representaciones discursivas sobre los vecinos de las villas en noticieros e historias de vida: entre la pasividad y la agenticidad*”, destaca representações discursivas de moradores/as de comunidades empobrecidas em Buenos Aires. Zilber aplica diferentes métodos e teorias linguísticas para análise de histórias de vida, de notícias do Telenoche e de notícias da *Visión Siete Central*, e seus resultados de pesquisa apontam para a estigmatização dessas comunidades. Por sua vez, em “*Mídias francesas e estigmatização dos moradores de periferia em casos de ‘violência urbana’*”, Paula Paes também discute a associação entre pobreza e delinquência na representação de periferias nos meios de comunicação, focalizando o caso francês. Ela argumenta que o problema da violência urbana é também resultado de um trabalho de definição e, portanto, estudiosos/as da representação na mídia devem se perguntar: a quem se refere a violência e que questões são levantadas sobre o tema? O foco do artigo, então, é a discussão de uma perspectiva que investiga as condições sociais da produção de informação e a construção da realidade, de que a mídia participa.

Como os dois artigos sublinham, essa abordagem comum tende a evitar reportagens de investigação crítica. No entanto, também é verdade que o jorna-

lismo alternativo, como jornais de rua, mídia comunitária, jornalismo cidadão e algumas mídias sociais, bem como redes emergentes de televisão e algumas emissoras públicas, buscaram outras formas de associação entre jornalismo e pobreza. Várias formas de jornalismo cívico têm procurado estabelecer diferentes relações políticas quando se trata de abordar comunidades empobrecidas como audiências potenciais de reportagens, por exemplo relatando ações protagonistas assumidas por grupos subalternos (Acosta, 2012). Considerando a dinâmica envolvida no funcionamento dos gêneros narrativos e seu potencial, no artigo “*Por uma estética jornalística da pobreza*”, Augusto Paim pergunta-se se o jornalismo convencional, supostamente objetivo, pode contribuir para o exercício da cidadania e da humanidade. É possível produzir conteúdo socialmente engajado em um formato conservador? O autor conclui que, mesmo se abordar questões sociais, o jornalismo tradicional é incapaz de provocar transformações quando utiliza os formatos consagrados e as técnicas que simulam objetividade. Assim, ele argumenta que a prática de um jornalismo socialmente engajado deve ser baseada em uma estética apoiada por técnicas narrativas vindas das artes. Teorizar o poder cultural do jornalismo, sua ética profissional e autonomia relativa de forças econômicas e políticas significa explicar o que o torna um campo distinto de prática cultural que pode moldar símbolos de representação coletiva a partir da abordagem de assuntos que são selecionados como notáveis (Alexander, 2015; Bourdieu, 2005). O que é facilmente esquecido em descrições que favorecem o suposto papel autônomo de jornalistas são as contradições interpretativas entre os sujeitos das reportagens e os públicos-alvo a que a maioria dos meios de comunicação social se dirige (Boltanski, 2011). Além do problema de uma pluralidade de vozes e perspectivas que dizem definir “o bom jornalismo” através de um sistema assumido de controles e contrapesos (Benson, 2014), precisamos problematizar a maneira como o jornalismo é capaz de imaginar sua audiência sem se dirigir aos sujeitos sobre os quais constrói seus relatos.

Por exemplo, quando e onde jornalistas relatam as vozes de pessoas oriundas de comunidades empobrecidas (ou, mormente, de agências, grupos ou indivíduos que falam por ou sobre elas), elas são enquadradas principalmente em termos racionais e tons morais que são legitimados por referência a dados independentes ou governamentais, testemunhos de especialistas ou opiniões de fontes acadêmicas (Nielsen, 2008; Resende, 2016b). Citações emocionais, como no gênero emergente dos EUA que favorece as narrativas emocionais em primeira pessoa (Schudson, 2016), são projetadas para fomentar uma resposta no ‘leitor imaginado’ ou um gancho para a narrativa padrão, que muitas vezes estigma-

tiza a pessoa em situação de drogadição, de ocupação ilegal, ou a vítima de fome ou desastre natural. Narrativas multimodais (textos verbais e visuais) e multiplataforma (tweets, blogs, snapchat etc.), bem como peças de opinião editadas, documentários, cartas aos editores e relatos de histórias podem fornecer, e por vezes fornecem, suportes importantes para críticas à opressão, ou podem simplesmente testemunhar a injustiça. No entanto, raramente se encontram relatos originais que reconheçam a subjetividade imediata da pobreza ou as causas estruturais da desigualdade que a originam.

---

### COMO JORNALISTAS TÊM RECONHECIDO AS DIVERSAS SITUAÇÕES DE POBREZA?

---

No uso convencional de tons racionais ou morais e na habilidade da forma de uma terceira pessoa que separa o/a jornalista dos assuntos das reportagens, a notícia corre o risco de congelar a experiência da pobreza em um segundo nível mais distanciado de reconhecimento (Nielsen, 2016b). Jornalistas profissionais muito frequentemente evitam colocar-se na história por boas razões. A distância do assunto ajuda a manter a credibilidade e, para alguns, um nível de distanciamento seria essencial para esforçar-se por um senso de objetividade, equilíbrio e precisão. Isso faz sentido para o jornalismo *watchdog*, que conta histórias sobre governos, instituições ou assuntos oficiais. Mas precisamos questionar essa necessidade de distância em relatos de tipos complexos de exclusão ocultos sob a pobreza.

Neste volume, o problema da objetividade é abordado no artigo “*O jornalismo que cala a periferia: a dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza*”. Monica Sousa problematiza discrepâncias entre a teoria e a prática jornalísticas, apontando que os rituais jornalísticos se tornam forças estratégicas que contradizem a essência ‘social’ que os rituais de objetividade, imparcialidade e verdade parecem defender. A autora propõe, então, o conceito de dislexia discursiva que, segundo ela, assegura estratégias jornalísticas para manter um *status quo* “subalterno”, no qual os/as habitantes das periferias estão “imersos em sua historicidade mediática”, o que traz o efeito potencial de imobilizar resistências. Por outro lado, John Delva, em seu artigo, aborda a questão da cobertura da violência policial de base racial nos Estados Unidos, provocando uma reflexão sobre o potencial de notícias para impactar os movimentos sociais. Em “*Content with diversity: an interview and textual analysis based on the Huffington Post crowd-funded Ferguson coverage*”, Delva argumenta que a cobertura ampla da brutalidade policial contra

populações racializadas pode servir como evidência para ativistas e famílias de vítimas, desempenhando uma importante função de mobilização social em torno de questões interseccionais sensíveis ligando classe e raça.

Tomados em conjunto, esses dois trabalhos ilustram a dupla articulação do discurso na sociedade, destacando seu potencial para manter e transformar as desigualdades sociais. Operando a partir de entendimentos convencionais de noticiabilidade e sobre a audiência imaginada para seus textos, jornalistas criam categorias de relevante e irrelevante, compatível e incompatível, divisões que Lugo-Ocando (2015) chama “*othering*”. Silverstone (2007) emprega o conceito de “mediapólis” para descrever o espaço público mediado em que nos envolvemos com identidade e alteridade. Este trabalho discursivo, no entanto, pode levar a resultados inesperados, incluindo possibilidades de apropriação, como aquelas apontadas no artigo de Delva.

A ausência do primeiro nível de reconhecimento subjetivo ao relatar os assuntos da pobreza também assume a forma do que Nancy Fraser chama de “subordinação por status”. Por exemplo, quando os noticiários exibem aberturas ‘caridosas’ para “ajudar” pessoas e comunidades empobrecidas, do ponto de vista das intenções de jornalistas isso não parece criar qualquer impedimento ao reconhecimento de primeiro nível. Mas o reconhecimento de primeiro nível requer uma forma dialógica de contato (uma segunda pessoa, um ‘você’) que abordaria os próprios sujeitos como cocriadores do texto (Bakhtin, 1984). A ausência do primeiro nível de reconhecimento, por meio do enquadramento e da forma em terceira pessoa, não significa que o sujeito é “simplesmente mal pensado, desprezado ou desvalorizado nas atitudes, crenças ou representações dos outros. É antes negado o *status* de parceiro pleno na interação social” (Fraser, 2000: 113).

Em seu artigo publicado neste volume, “*Pessoas em situação de rua: o que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?*”, Suzana Rozendo focaliza uma pergunta original sobre o público: considerando as maneiras como pessoas em situação de rua são representadas nos principais meios de comunicação, qual é a opinião de profissionais que lidam com essa população sobre as notícias de jornais? Seu propósito no trabalho, então, é desvendar o posicionamento de profissionais que lidam diretamente com pessoas em situação de rua a respeito de notícias sobre o tema. Assim, seu texto promove uma crítica da mídia por vezes que são afetadas pela notícia em seu desempenho profissional, uma vez que representação também é uma forma de ação.

Mesmo que os meios de comunicação convencionais regularmente nomeiem questões de pobreza em termos de ‘apoio’ ou de ‘caridade’ – sem estabelecer relações entre situações de empobrecimento e outras questões sociais, reduzindo assim a representação a uma lógica de aparência (Fairclough, 2003) –, há também a questão de que reportagens raramente abordam os atores ou grupos sociais representados como seus leitores, telespectadores ou ouvintes potenciais. Em outras palavras, em geral, jornalistas falam do ponto de vista “de quem tem” para outros “que têm” sobre “os que não têm” (Resende, 2016b; Molina, 2011). Isso não implica que a compreensão pública da experiência da pobreza é diminuída, mesmo quando a imprensa apela apaixonadamente por soluções em nome de uma maior democracia? Não implica que a cobertura jornalística sobre a pobreza opera de tal forma que produz um silenciamento de um conjunto de atores sociais – curiosamente aqueles mais diretamente interessados no assunto –, que são assim excluídos da representação dos meios de comunicação e do acesso ao debate público sobre este assunto?

A exclusão da audiência implícita não tem sido um problema para o jornalismo convencional, já que está incorporada na crença de que as notícias devem ser tratadas no interesse de ‘leitores majoritários’ (Retief, 2002; Ward, 2006). A primeira responsabilidade de jornalistas e editores/as de notícias, então, tem sido tradicionalmente imaginar e julgar a noticiabilidade da história para essa audiência empírica. Isso é tão básico para a indústria que leva a ignorar os modos como grupos marginalizados se tornam assuntos de reportagens e, no entanto, raramente são abordados como sujeitos ativos da audiência implícita. Reconhecemos que os atores sociais economicamente marginalizados não constituem um mercado atraente para as organizações comerciais de notícias e estamos igualmente cientes de que pesquisas têm mostrado há muito tempo que jornalistas são relutantes em mudar hábitos e redefinir padrões narrativos (Tuchman, 1978; Ryfe, 2012). Os meios de comunicação têm sofrido uma grande mudan-

ça em seus modelos econômicos durante a última década, mas também precisamos analisar criticamente a concepção de que novas tecnologias digitais anunciam uma democratização da mídia. Pode ser verdade que as novas tecnologias e práticas emergentes têm transformado a audiência em um meio em si ou, pelo menos, possibilitam que qualquer pessoa que tenha acesso aos meios técnicos e recursos simbólicos para tanto, antes pertencente ao que foi outrora a “mercadoria da audiência”, agora pode relatar diretamente uma novidade (Anderson *et al.*, 2014), mas isso permanece uma possibilidade contínua e está longe de ser um meio comprovado de produzir notícias confiáveis e acessíveis e informações para todos/as, como vários/as pesquisadores/as já sugeriram (Alexander, 2016; Jurkowitz, 2014; Hass, 2007; Curran, 2010).

Contextos sócio-históricos e ordens de discurso moldam as instituições do jornalismo e orientam a audiência imaginada, os tons emotivos, a seleção de fontes externas e internas e os julgamentos morais ou racionais. Por sua vez, as práticas de jornalismo influenciam o modo como os públicos percebem e reagem à vulnerabilidade social, a maneira como as pessoas oriundas de populações empobrecidas são identificadas e a forma como as audiências se identificam (ou não) em relação a questões sociais (Resende, 2012). Uma vez que a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética, esses mesmos processos têm sido moldados em práticas sociais anteriores. A “modelagem” das notícias (Benson, 2013) sobre empobrecimento por organizações jornalísticas, seus contextos geopolíticos, as culturas profissionais e as relações com o poder tornam-se objeto de interesse para a pesquisa em diferentes disciplinas. É neste espírito que este dossiê multidisciplinar apresenta artigos que abordam os muitos temas da pobreza no contexto das instituições do jornalismo em transição e transformação.

---

Tradução: Cristiano Anunciação  
e Viviane Resende

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, P., 2012, *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*, Dissertação de mestrado (Linguística), Brasília, Universidade de Brasília.
- Albuquerque, A., 2011, "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective," in Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press, pp. 72-95.
- Alcock, P., 2006, *Understanding Poverty*, UK, Pallgrave Macmillan, 3rd ed.
- Alexander, J., Butler Breeze, E., Luengo, M., 2015, *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press.
- Anderson, C. W., Bell, E., Shirky, C., 2014, *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present. A Report to the Tow Centre for Digital Journalism*, New York, Columbia Journalism School, pp. 1-121.
- Bakhtin, M., 1984, *Problems of Dostoevsky's Poetics*, Emerson, C., Booth, W. (Ed. and trans.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Benson, R., 2013, *Shaping Immigration News: A French-American Comparison*, Cambridge University Press.
- Benson, R., 2014, "Strategy Follows Structure: A Media Sociology Manifesto," in Waissbord, S. (Ed.), *Media Sociology: A Reappraisal*, Polity, pp. 25-45.
- Benton, J., 2016, "The forces that drove this election's media failure are likely to get worse. Segregated social universes, an industry moving from red states to the coasts, and mass media's revenue decline: The disconnect between two realities shows no sign of abating," <http://www.niemanlab.org/2016/11/the-forces-that-drove-this-elections-media-failure-are-likely-to-get-worse/>, accessed 09/11/2016.
- Boltanski, L., 2011, *Critique: The Sociology of Emancipation*, London, Polity.
- Bourdieu, P., 2005, "The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field," in Benson, R., Neveu, E. (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-47.
- Curran, J., 2010, "The Future of Journalism," *Journalism Studies*, vol. 11, no 4, pp. 464-476.
- Davis, M., 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.
- Doctor, K., 2016, "Newsonomics: Fake-news fury forces Google and Facebook to change policy," <http://www.niemanlab.org/2016/11/newsonomics-fake-news-fury-forces-google-and-facebook-to-change-policy/>, accessed 11/2015.
- Fairclough, N., 2003, *Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research*, London, Routledge.
- Fraser, N., May 2000, "Rethinking Recognition," *New Left Review*, pp. 107-119.
- Fréchet, G., Gauvreau, D., Poirier, J. (Eds.), 2011, "Statistiques sociales, pauvreté et exclusion sociale: perspectives québécoises, canadiennes et internationales," *Publication en hommage à Paul Bernard, Centre interuniversitaire québécois de statistiques sociales (CIQSS) et Ministère de l'Emploi et de la Solidarité sociale*, Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Gasher, M. et al. (Eds.), 2016, *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press.
- Guerrero, M., Márquez, M., 2014, "The 'Captured-Liberal' Model: Media Systems, Journalism and Communication Policies in Latin America," *International Journal of Hispanic Media*, vol. 7, pp. 1-12, <http://www.international-hispanicmedia.org/the-capturedliberal-model-media-systems-journalism-and-communication-policies-in-latin-america/>, accessed 05/12/2016.
- Hallin, D., Mancini, P. (Eds.), 2012, *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York, Cambridge University Press.
- Hass, T., 2007, *The Pursuit of Journalism. Theory, Practice, and Criticism*, New York, Routledge.
- HUD (United States, Department of Housing and Urban Development), 2012, *Annual Homeless Assessment Reports to Congress*, U.S.
- Jurkowitz, M., 2014, "The Growth in Digital Reporting: What it Means for Journalism and News Consumers," Pew Research Journalism Project, <http://www.journalism.org/2014/03/26/the-growth-in-digital-reporting/>.
- Lugo-Ocando, J., 2015, *Blaming the Victim: How Global Journalism Fails Those in Poverty*, London, Pluto Press.
- Miles, B., 2016, "Des médias nationaux en santé sont essentiels au rayonnement de la culture québécoise," *Le Devoir*, <http://www.ledevoir.com/societe/medias/478671/renouvellement-de-la-politique-culturelle-des-medias-nationaux-en-sante-sont-essentiels-au-rayonnement-de-la-culture-quebecoise>.
- Matos, C., 2011, "Media and Democracy in Brazil," *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 8, no 1, pp. 178-196, accessed 05/12/2016.
- Molina, L., 2011, "La construcción de una amenaza: la representación discursiva de los habitantes de la villa como violentos en el diario Clarín," *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12, no 2, pp. 94-126.
- Nielsen, G., 2016a, "Critical Theory and Acts of Journalism: Expanding the Implied Audience," in Gasher, M. et al. (Eds.), *The Crisis in Canadian Journalism: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 53-73.
- Nielsen, G., 2008, "Conditional Hospitality: Framing Poverty in the Montreal Press," *Canadian Journal of Communications*, vol. 33, no 4, pp. 605-621.
- Nielsen, G., 2016b, "Méconnaissance: Lecture des nouvelles sur la pauvreté et les communs urbains en Amérique du Nord," *Anthropologie et société*, vol. 40, no 1, pp. 173-193.
- OECD, 2013, *International Migration Outlook 2013*, [http://dx.doi.org/10.1787/migr\\_outlook-2013-en](http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en).
- OECD, 2011, *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33933\\_49147827\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33933_49147827_1_1_1_1,00.html).

- Oxfam, 2016, "Uma economia para o 1%: Como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido," *Documento informativo da Oxfam 210*, 18/11/2016, <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>.
- Pardo Abril, N. G., 2008, *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- Pardo, M. L., 2012, "Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproducido en YouTube," in Pardo Abril, N. G., *Discurso en la web: pobreza en YouTube*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.
- Pardo, M. L., 2013, "The aesthetics of poverty and crime on Argentinean reality television," in Lorenzo-Dus, N., Garcés-Conejos Blitvich P. (Eds.), *Reality Television and Discourse Analysis in Action*, UK, Palgrave Macmillan, pp. 115-140.
- Pardo, M. L., 2014, "Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina," *Romanica Olomucensia*, Praga, República Checa, pp. 249-264.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2015, "Ni diálogo ni debate: la voz de la audiencia en los comentarios digitales sobre la pobreza," *Revista de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 15, no 2, [Especial en Homenaje a los XX años de ALED], pp. 117-138.
- Pardo, M. L., Noblía, V., 2016, "O discurso sobre a criminalidade no Youtube: juventude e estigma," in Lara, G., Limberti, R. (Eds.), *Representações do Outro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, pp. 171-186.
- Park, R., 1923, "The Natural History of the Newspaper," *American Journal of Sociology*, vol. 29, no 3, pp. 273-289.
- Pew Research Center, 2015, "Local News in a Digital Age," <http://www.journalism.org/2015/03/05/local-news-in-a-digital-age/>, <http://www.journalism.org/2015/04/29/state-of-the-news-media-2015/>.
- Resende, V. de M., 2012, "Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro," *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 12, pp. 439-465.
- Resende, V. de M., 2016a, "Discursive representation and violation of homeless people's rights: Symbolic violence in Brazilian online journalism," *Discourse & Communication*, vol. 10, no 6, pp. 596-613.
- Resende, V. de M., 2016b, "Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua?" *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 26, no 3, pp. 955-988.
- Retief, J., 2002, *Media Ethics: An Introduction to Responsible Journalism*, New York, Oxford University Press.
- Ryfe, D., 2012, *Can Journalism Survive? An Inside Look at American Newsrooms*, London, Polity.
- Sabés Turmo, F., Verón Lassa, J., 2012, "Universidad y empresa ante la doble crisis del periodismo tradicional. Propuestas y reflexiones sobre la modificación sustancial del escenario periodístico. El clúster periodístico," *ADComunica "Retos del periodismo ante el nuevo reto digital"*, Catalunya, vol. 4, pp. 151-169.
- Schudson, M., 2016, "The Crisis in News: Can You Whistle a Happy Tune?" in Alexander, J. E., Butler Breeze, E., Luengo, M. (Eds.), *The Crisis of Journalism Reconsidered: Democratic Culture, Professional Codes, Digital Future*, New York, Cambridge University Press, pp. 98-116.
- Silva, D. E., 2009, "Representações discursivas da pobreza e gramática," *D.E.L.T.A.*, vol. 25, pp. 721-731.
- Silva, L. M. da, 1998, "Imprensa, subjetividade e cidadania," São Paulo, Artigo apresentado na VII Compós, PUC-SP.
- Statistics Canada, 2011, *National Household Survey*, Catalogue no 99-014-X201100.
- Silverstone, R., 2007, *Media and Morality: On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge, Polity Press.
- Tuchman, G., 1978, *Making the News*, New York, Free Press.
- UN (United Nations), 2013, "Habitat. 100 million homeless in the world. Most are women and dependent children," <http://www.un.org/Conferences/habitat/unchsp/press/women.htm>.
- Villaroel, D., 2014, *[IN]justicia mediática. Cuando el periodismo quiere ser juez*, Buenos Aires, Argentina.
- WAN (World Association of Newspapers), 2008, *World Press Trends: Newspapers Are a Growth Business*, <http://www.wan-press.org>.
- WAN (World Association of Newspapers), 2015, *World Press Trends*, <http://www.wan-press.org/250515WPT2015Final.pptx>.
- Ward, S., 2006, *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond*, Montreal McGill/Queens.
- Weissman, E., 2013, *Spaces, Places and States of Mind: A Pragmatic Ethnography of Liminal Critique*, PhD Dissertation, Montreal, Concordia University.